



## A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do *homo politicus*: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

*The crisis of the Welfare State, the neoliberal rupture and the resistance of homo politicus: an analysis based on the work of Wendy Brown*



**Gilmar Antonio Bedin**

UNIJUÍ e URI/SAN

Doutor em Direito pela UFSC

Ijuí, RS – Brasil

[gilmarb@unijui.edu.br](mailto:gilmarb@unijui.edu.br)



**Luis Gustavo Gomes Flores**

UNIFOZ e UNIAMÉRICA

Pós-Doutorado pela UNISINOS

Foz do Iguaçu, RS – Brasil

[lgustavogf7@gmail.com](mailto:lgustavogf7@gmail.com)



**Laura Mallmann Marcht**

URI/SAN

Doutoranda em Direito pela URI/SAN

Santo Ângelo, RS – Brasil

[laura.marcht@hotmail.com](mailto:laura.marcht@hotmail.com)

**Resumo:** O processo de formação do Estado de Bem-Estar Social teve, como marco inicial, o final da Primeira Guerra Mundial e começou a entrar em crise com a crise do petróleo. Neste momento, a economia, em âmbito global, passou da conhecida era da expansão para o período denominado de estagnação com a inflação alta. Isto impulsionou a socialização das ideias neoliberais. A partir da obra de Wendy Brown sobre o projeto neoliberal, o presente trabalho tem como objetivos entender as principais ideias neoliberais (formuladas principalmente por Milton Friedman e Friedrich A. Hayek) e algumas consequências do processo de (re)mercadorização das diversas esferas da vida coletiva consolidada nas últimas décadas. Entre estas, destacam-se o enfraquecimento dos direitos humanos e da cultura da igualdade e um aumento significativo do populismo e da violência. O método utilizado para a persecução da investigação foi o hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa foi a bibliográfica.

**Palavras-chave:** direitos humanos; desigualdade; justiça social; neoliberalismo.

**Abstract:** The process of the formation of the Welfare State began at the end of the First World War and began to enter into crisis with the oil crisis. At this time, the global economy went from what was known as an era of expansion to a period of stagnation with high inflation. This led to the socialization of neoliberal ideas. Based on Wendy Brown's work on the neoliberal

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

project, this paper aims to understand the main neoliberal ideas (formulated mainly by Milton Friedman and Friedrich A. Hayek) and some of the consequences of the process of (re)commodification of the various spheres of collective life consolidated in recent decades. These include the weakening of human rights and the culture of equality and a significant increase in populism and violence. The research method used was hypothetical-deductive and the research technique was bibliographical.

**Keywords:** human rights; inequality; social justice; neoliberalism.

### Para citar este artigo

ABNT NBR 6023:2018

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 349-366, jul./dez. 2023. <http://doi.org/10.5585/2023.23878>

## 1 Introdução

O período de construção e consolidação do Estado de Bem-Estar Social e do reconhecimento e implementação dos direitos econômicos e sociais perpassou por várias décadas e viveu um momento extraordinário no período que vai de 1945 até a crise do petróleo, em 1973<sup>1</sup>. O início dos anos setenta do século passado foi, de fato, um momento econômico muito adverso, sendo caracterizado por ser um quadro de estagnação econômica e de inflação alta. Assim, pode-se dizer que a economia mundial do período “passou da era da expansão à era da estagflação, isto é, uma situação marcada pela coexistência da inflação e de um marasmo acompanhado de desemprego.” (STOFFAËS, 1991, p. 64).

Esta transformação, no entanto, não abrupta. Ao contrário, a referida crise foi um:

<sup>1</sup> Especialmente na Europa. No Brasil, este quadro somente ocorreria de uma forma mais relevante – política, econômica e institucionalmente – com a Constituição de 1988. Neste sentido, a atual constituição brasileira é um grande marco deste processo.

**BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown**

[...] processo de lenta deterioração, um cancro subtil e não um acesso de febre. Se bem que não se possa encontrar, a título de ilustração, uma data-símbolo análoga à que foi a ‘quinta-feira negra’ de outubro de 1929, o lento progresso da crise pode, apesar de tudo, ser batizado por datas-chaves, que a história certamente fixará, mesmo se aqueles que as viveram não lhes apreenderam de imediato o alcance. Agosto de 1971, com a declaração de inconvertibilidade em ouro do dólar; Outubro de 1973, com o primeiro choque petrolífero; Outubro de 1979, com a aplicação de uma política monetária radical pela Reserva Federal dos Estados Unidos; Fevereiro de 1981, com o anúncio do programa Reagan; Agosto de 1982, com as medidas de emergência tomadas para evitar a bancarrota do México: eis, com um pouco de distanciamento, alguns marcos da crise contemporânea (STOFFAËS, 1991, p. 65).

Assim, foi uma crise econômica significativa e que, quando analisada do ponto de vista atual, foi uma crise que produziu uma notável virada histórica e uma grande mutação nas sociedades contemporâneas. Em relação à referência à grande mutação, destaca-se que ela impulsionou o desenvolvimento de um novo padrão tecnológico – baseado nas descobertas da microeletrônica e nos avanços da informática – e um novo modelo de produção – denominado modelo toyotista<sup>2</sup>. Em relação à notável virada histórica, destaca-se que ele levou, por um lado, a uma crescente relativização das ideias de justiça social, a uma forte crítica da participação do Estado na economia e à refutação das principais teses desenvolvidas por John Maynard Keynes – ou seja, conduziu ao abandono de tudo aquilo que estruturou o período histórico responsável pela construção e consolidação do Welfare State e pelo reconhecimento e implementação dos direitos econômicos e sociais – e, por outro, à adoção das ideias neoliberais, à defesa da tese do Estado mínimo e à supremacia das ideias monetaristas<sup>3</sup>. Daí, portanto, em síntese, a substancial diferença existente entre a crise dos anos setenta do século passado e as demais crises conjunturais anteriores: ela nos conduziu a uma nova hegemonia política, econômica e social. Esta nova hegemonia, na contemporaneidade, é designada consensualmente de hegemonia neoliberal.

A nova hegemonia política, econômica e social se consolidou nos anos subsequentes ao início da crise e alcança o mundo atual<sup>4</sup>. Este movimento progrediu rapidamente devido a incapacidade do Estado de Bem-Estar Social em responder de maneira qualificada aos ataques destrutivos e à sua permanente crise fiscal, que o tornou impotente diante das crescentes demandas da sociedade. Paralisado, o Estado de Bem-estar Social virou uma presa fácil aos

<sup>2</sup> Sobre esses temas pode ser visto, entre outros, THUROW, Lester Carl. **O futuro do capitalismo**. Como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

<sup>3</sup> As ideias monetaristas se distinguem das ideias keynesianas pelo fato de que ao contrário dessas, “concedem prioridade absoluta ao combate à inflação, privilegiando a estabilidade monetária como objetivo de política econômica, no confronto com o objetivo do pleno emprego (ou da redução do desemprego) [presentes nas idéias keynesianas]; procuram combater a inflação essencialmente com base na redução do crescimento da oferta da moeda; apostam na reanimação da atividade econômica a partir da redução da intervenção estatal, da liberação da economia e da destruição dos monopólios sindicais” (NUNES, 1991, p. 480).

<sup>4</sup> Atualmente, com a crise gerada pela pandemia da Covid-19, o globo se depara em um momento de ruptura deste consenso e estão surgindo os primeiros sinais – presentes, por exemplo, nas novas políticas propostas pelo governo Joe Biden nos Estados Unidos da América – que este ciclo político-econômico-social possa estar sendo finalizado ou, pelo menos, relativizado.

**BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown**

representantes do novo consenso hegemônico, sendo, em muito pouco tempo, transformado caricaturalmente no símbolo do atraso, da lentidão e do desperdício – um elefante velho que se movimenta com dificuldades e que deve dar lugar aos rápidos e “racionais” fluxos e práticas o mercado.

Assim, segundo esse novo consenso, o mais importante não é a sustentação do Estado de Bem-Estar Social e de suas políticas sociais compensatórias, mas sim a competitividade das empresas, a obtenção do lucro, a eficiência econômica, o respeito às regras do jogo e o predomínio do mercado – do mercado em sentido absoluto, com a crença na sua suposta autossuficiência e racionalidade intrínseca. O que se vivencia, em síntese, nesse momento, é o abandono de todas as conquistas sociais representadas pelo Estado de Bem-estar Social e ao retorno glamouroso da mão invisível do mercado, que, teoricamente, segundo os seus defensores, tudo controla, racionaliza e distribui de forma justa e equitativa.

A ideia de justiça do mercado, no entanto, do ponto de vista prático, não tem produzido os benefícios que os seus ideólogos delirantemente espalham pelo mundo a partir dos grandes centros financeiros internacionais – que o globo se encontra em um período de grande crescimento econômico e de enorme prosperidade para todos. Ao contrário disso, o que se tem, por um lado, é um aumento das desigualdades sociais, um gigantesco crescimento da violência e um profundo desencanto e, por outro, o retorno do status de pura mercadoria como um critério relevante para a alocação de preços e de recursos – o que significa, em termos práticos, que o que o mundo vive neste período é um momento de (re)mercadorização das diversas esferas das sociedades atuais e do abandono da cultura democrática e da cultura da igualdade:

Os neoliberais voltam, assim, as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano econômico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da necessidade e do risco, objetivo que está na base dos modernos sistemas de segurança social. (NUNES, 1991, p. 503).

Portanto, verifica-se um grande retrocesso, pois, como nos alerta Cristian Stoffaës (1991), o que é preciso ser considerado na contemporaneidade não é buscas desvendar o futuro “nas borras do café, porque os acontecimentos poderão desmentir rapidamente as profecias demasiado peremptórias; o que conta é, antes, tentar descobrir por que é que se queima actualmente com entusiasmo o que se venerava ontem e como se chegou a essa situação” (STOFFAËS, 1991, p. 55). Esta foi uma longa construção. Foram muito importantes, neste processo, as ideias de dois grandes teóricos: Milton Friedman e Friedrich August von Hayek.

## 2 As contribuições de Milton Friedman e Friedrich August von Hayek

A formulação das ideias neoliberais contou com a contribuição de muitos autores. Entre estes, como já referido, destacam-se os economistas Milton Friedman e Friedrich August von Hayek. Milton Friedman lecionou na Universidade de Chicago por mais de, aproximadamente, três décadas. Em 1976, o autor ganhou o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel. A Escola de Chicago pode ser compreendida como uma escola de pensamento econômico que defende o livre mercado e foi disseminada por alguns dos professores da Universidade de Chicago. Dentre eles, pode-se citar como líderes os professores George Stigler e Milton Friedman. Este, em sua teoria, tenta conciliar o máximo de igualdade, liberdade e eficiência possíveis. No entanto, para o economista, a sociedade que visa a priorizar a igualdade acima da liberdade, acaba por não ter nenhuma das duas. Com efeito, àquela sociedade que busca priorizar a liberdade, tem a quantidade necessária de ambas. Por essa razão, Friedman discorda veemente do sistema de previdência, uma vez que é obrigatória. O autor entende que as pessoas deveriam ter liberdade para escolher entre determinados sistemas de previdência (público ou privado), ou apenas não investir o dinheiro em qualquer sistema desses.

Tal posicionamento fica claro na obra *Capitalismo e Liberdade* (1977), bem como na série de televisão disponível na plataforma *YouTube*, *Milton Friedman: Livre para Escolher* – baseada em outra obra famosa, *Livre para Escolher* (2015), escrito em coautoria com sua esposa, Rose Friedman. Nela, o ator Arnold Alois Schwarzenegger – eleito posteriormente como Governador do Estado da Califórnia, entre os anos de 2003 e 2011 –, apresenta a série de TV e refere como as obras do economista mudaram sua vida. Schwarzenegger referiu ter visto Friedman dizer que “a disputa econômica não deve ocorrer de forma que todos terminem juntas a corrida, e sim, de forma que todos comecem juntos”. Essa premissa faz remissão a ideia de imposto negativo proposta por Friedman, que, ao discordar da ideia do liberal Thomas Paine, em *Agrarian Justice* (2014), sobre a taxaço de herança, sugere a criação de uma renda mínima universal para resolver o problema da pobreza:

As vantagens de tal prática são claras. O programa está especificamente dirigido para o problema da pobreza. Fornece uma ajuda sob a forma mais útil para o indivíduo, isto é, dinheiro. É de ordem geral e pode substituir o grande conjunto de medidas atualmente existentes. Explicita o custo que impõe à sociedade. Opera fora do mercado. Como qualquer outra medida para mitigar a pobreza, reduz o incentivo para que os ajudados se ajudem a si próprios, mas não o elimina inteiramente, como o faria um sistema de suplementação das rendas até um mínimo estabelecido. (FRIEDMAN, 1977, p. 193).

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

Na concepção friedmiana, “qualquer tipo de exercício do poder político, incluindo o da maioria popular, ameaça à liberdade tanto na vida econômica quanto na política.” (BROWN, 2019, p. 80). Como o economista entende que o liberalismo econômico e o liberalismo político seriam sinônimos, o socialismo democrático, por exemplo, seria algo impossível de se concretizar. Para além, o autor entende que há um perigo em toda e qualquer legislação promulgada democraticamente: “para Friedman, o duplo perigo [está] representado pelo exercício do poder político [que] diz respeito à sua concentração inerente (os mercados, por contraste, naturalmente dispersam o poder) e à sua dependência da coerção (que os mercados evitam por escolha própria).” (BROWN, 2019, p. 80-81). No início da obra *Capitalismo e Liberdade* (1977), Friedman cita uma famosa frase do discurso do Presidente John Fitzgerald Kennedy: “Não pergunte o que sua pátria pode fazer por você – pergunte o que você pode fazer por sua pátria”. O economista discorda veemente de Kennedy pois, em tese, o governo deveria servir aos homens. Quando o autor compreende a democracia como uma ditadura da maioria, “Friedman, assim como Hayek, *elimina completamente o valor do poder político democratizado*.” (BROWN, 2019, p. 82, grifo nosso). O que explica como o “fantasma do socialismo” (*sic*) ainda assola muitas pessoas – referência que faz o ator Schwarzenegger no primeiro episódio da série, “O poder do mercado”.

O outro grande formulador das ideias neoliberais foi o fundador da Escola Austríaca de Economia: Friedrich August von Hayek. Hayek, economista e filósofo austríaco<sup>5</sup>, que foi um dos principais discípulo de Ludwig Heinrich Edler von Mises. Nesta condição, ele pôde conviver com outros grandes economistas de sua geração<sup>6</sup> e, em 1974, é agraciado com o Prêmio Nobel de Economia.

Na obra *O caminho da servidão* (1990), o economista tem como propósito mostrar quais são os perigos do socialismo. Esse livro, não por acaso, fora escrito em 1944 – um ano antes de findar a Segunda Guerra Mundial. É neste período que tem o início, como já referido, do ciclo de fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social e a hegemonia das ideias social-democrata – uma tentativa de conciliar os erros do capitalismo com os acertos do socialismo –, o socialismo e o keynesianismo – teoria idealizada por John Maynard Keynes, que acreditava na ideia do Estado de Bem-Estar Social. Tanto Friedman quanto Hayek eram claros opositores às políticas keynesianas.

Fortemente influenciado pelos liberais clássicos, Hayek compreende que o socialismo, mesmo sendo vislumbrado com boas intenções, é um enorme equívoco político-econômico-

<sup>5</sup> Posteriormente, naturalizou-se como cidadão britânico.

<sup>6</sup> Como Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk. Em conjunto, formam a Escola Austríaca de Economia.



**BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown**

social. A sua ideia central é que a tomada do poder pelos revolucionários e a socialização dos meios de produção levaria inevitavelmente, não a liberdade, mas sim ao fortalecimento do poder. Neste sentido, destaca que as pessoas esquecem que o socialismo sempre foi, desde o início, francamente autoritário que, “os autores franceses que lançaram as bases do socialismo moderno, não tinham dúvida de que suas ideias só poderiam ser postas em prática por um forte governo ditatorial.” (HAYEK, 1990, p. 48). Por isso, é um caminho que conduz a servidão.

A partir desta compreensão, para ele, a única saída possível para garantir a liberdade é fortalecer a propriedade privada e, em consequência, o mercado. Mas, o mercado não somente como uma estrutura econômica, e sim também como uma como um princípio moral constitutivo da justiça. Por isso, para ele, “o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade [*freedom*], da ordem e do desenvolvimento da civilização.” (BROWN, 2019, p. 23). Desse modo, o “neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação.” (BROWN, 2019, p. 23). A hostilidade do autor em relação às questões sociais é tão grande, que esse compreende “a própria noção de social falsa e perigosa, sem sentido e oca, destrutiva e desonesta, uma ‘fraude semântica’.” (BROWN, 2019, p. 41). O autor é um crítico aos utilitaristas – como Mill –, aos “guerreiros da justiça social”, e à noção de contrato social de Jean-Jacques Rousseau (2015) por consequência da “vontade geral”. No que tange à democracia, o economista não entende que o absolutismo ou até mesmo o totalitarismo seriam fenômenos inerentes aos regimes democráticos, mas defende que essa deve ser limitada.

Assim, em síntese, pode-se dizer que tanto o economista Milton Friedman quanto o filósofo austríaco Friedrich August von Hayek possuem uma percepção negativa do que significa as ações do Estado e sobre as contribuições da efetivação da ideia de uma justiça social para as sociedades democráticas. Estas ideias, após as formulações pelos autores referidos, foram amplamente difundidas nas quatro décadas posteriores e passaram a se constituir como uma espécie de senso político comum. Assim, tornaram-se práticas de governos em diversos países do mundo. As suas consequências sociais foram significativas e geraram uma enorme crise que, na contemporaneidade, perpassa pelo globo.

### **3 A racionalidade neoliberal e a supremacia do *homo oeconomicus***

A obra *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso* (2011), de Eduardo Galeano, parece sugerir a dinâmica neoliberal no mundo hodierno. Ainda que sejam evidentes os efeitos

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

neoliberais de exclusão, degradação e desigualdade social, na visão de Hayek, as questões sociais são destrutivas (BROWN, 2015; 2019). Sustentar uma posição assim, exige, não apenas uma visão parcial e precária do que é o social, mas também um esforço de negação e ocultação dos efeitos devastadores do neoliberalismo em âmbito global.

Investimentos públicos em políticas sociais visam beneficiar a coletividade. Práticas como essas não são atrativas aos que visam o lucro acima de tudo. Da mesma forma, práticas democráticas e políticas sociais podem ser obstáculos aos interesses econômicos neoliberais e, por isso, sofrerem severas críticas e desqualificações, como parte do esforço em evitar que critérios para decisões vinculantes da coletividade que não sejam “o social”, mas sim “o lucro”. Quando se menciona o lucro como motivação principal, é preciso observá-lo não como promessa teórica, mas como fato histórico que revela grande concentração de riquezas em pequena parcela da população. Este é um efeito inegável do neoliberalismo na sociedade global que justifica a conotação crítica compreendida na sua denominação – neoliberalismo<sup>7</sup>.

Outro efeito perverso do neoliberalismo, para além das políticas de austeridades, é o seu desenvolvimento enquanto uma racionalidade que transporta e articula conjuntos de valores que correspondem a uma certa visão de mundo. Não foi por acaso que Hayek considerou o neoliberalismo como uma política moral. Mais ampla e sutil, a racionalidade neoliberal permeia todos os momentos e espaços sociais, de forma subjacente na mentalidade humana<sup>8</sup>. Em vista disso:

El neoliberalismo es un modo de razón específico y normativo, de la producción del sujeto, una “conducta de la conducta” y un esquema de valoración, aunque en sus ejemplos diferenciales y encuentros con culturas y tradiciones políticas existentes toma formas diversas y da origen a contenidos y detalles normativos diversos, incluso a diferentes lenguajes. (BROWN, 2017, p. 52).

Enquanto uma forma particular de razão, o neoliberalismo tende a configurar todos os aspectos da existência social em termos econômicos (BROWN, 2015; 2017). A possibilidade de um condicionamento das subjetividades pode gerar grandes implicações nas relações e formas de organização social e humana. Normalmente estes aspectos mais profundos são ocultados pelos discursos neoliberais. Desse modo, Wendy Brown (2017, p. 53) alude que:

<sup>7</sup> Trata-se de uma perspectiva que passa pela observação de certa reprogramação do liberalismo, diferenciando seus derivados e suas possíveis distorções. Assim, apesar da ideia de neoliberalismo ser contestada por alguns, essa contestação tem mais capacidade de negar uma representação crítica que o diferencia do liberalismo clássico, do que propriamente deslegitimar uma forma de representação válida que lhe é desfavorável.

<sup>8</sup> Apesar de suas críticas à Foucault, Brown concorda com a concepção foucaultiana do neoliberalismo enquanto uma racionalidade amplamente difundida na sociedade.



**BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown**

Foucault defendió el entendimiento del neoliberalismo como un orden normativo de la razón que se convertiría en una racionalidad rectora, un “arte de gobernar” particular, una nueva “manera meditada de hacer el mejor gobierno”. Para Foucault el neoliberalismo no era ni una etapa del capitalismo, ni se había formulado en respuesta a crisis del capitalismo sino que era una “reprogramación de la gubernamentalidad liberal”, concebida intelectualmente e implementada de modo político.

Essa governabilidade disseminada entre os atores sociais a partir da racionalidade neoliberal, revela-se como uma profunda assimilação econômica que sugere a promessa de liberdade e prosperidade. Assim,

[...] la racionalidad política neoliberal no sólo mercantiliza en el sentido de monetizar toda conducta y relación social sino que, de modo más radical, las coloca en un marco exclusivamente económico, uno que tiene a la vez dimensiones epistemológicas y ontológicas. (BROWN, 2017, p. 71).

Essa racionalidade própria de espaços econômicos, infiltra-se na vida dos cidadãos e na organização do Estado, desafiando os limites de suas autonomias. Ganha certa hegemonia o *homo oeconomicus*, enquanto um fenômeno multifacetado que mobiliza as subjetividades humanas, invade as mais diversas formas de relações sociais e coloniza os espaços com o seu referencial econômico. Por essa razão,

[...] la manera en que el triunfo neoliberal del homo oeconomicus como la figura exhaustiva de lo humano está minando las prácticas y el imaginario de la democracia al vencer al sujeto que se gobierna a sí mismo a través de la autonomía moral y que gobierna con otros a través de la soberanía popular. Este argumento es que los valores económicos no simplemente han sobrecargado lo político o han adquirido predominancia sobre lo político. Por el contrario, una iteración neoliberal del homo oeconomicus está extinguiendo al agente, la lengua y los dominios a través de los que la democracia – cualquier tipo de democracia – se materializa. (BROWN, 2017, p. 94).

O *homo oeconomicus*<sup>9</sup> que emergiu na mudança do liberalismo econômico clássico para o neoliberalismo, através de uma racionalidade normativa, revelou a substituição da concepção de ser humano enquanto criatura de necessidades – que poderiam ser satisfeitas pelas trocas –, por uma concepção de ser humano, enquanto empresário de si mesmo.

Cuando la competencia se convierte en el principio central del mercado, todos los actores del mercado se convierten en capitales, en vez de productores, vendedores, trabajadores, clientes o consumidores. Como capitales, cada sujeto se considera empresarial, sin importar cuán pequeño, pobre o sin recursos sea, y cada aspecto de la existencia humana se produce como uno empresarial. (BROWN, 2017, p. 94).

<sup>9</sup> Trata-se aqui de uma concepção desenvolvida a partir das reflexões propostas pela perspectiva foucaultiana.

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do *homo politicus*: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

O empreendedorismo emerge como estratégia para convencer os seres humanos a aceitarem riscos do sucesso, enquanto uma promessa. De forma sutil, o ônus do fracasso, que pode ter inúmeros fatores, inclusive desigualdade nas condições contextuais, é jogado na conta do ator, como fruto da própria falta de esforço empreendedor (BROWN, 2017). O fracasso passa a ser atribuído à falta de esforço e empreendedorismo de cada ator, enquanto a economia e seus efeitos predatórios e autofágicos da concorrência são absolvidos. Os mercados podem gerar exclusão e desigualdade e ainda assim, culpar os próprios excluídos. Com efeito,

[...] en vez de que cada individuo busque su propio interés y genere sin querer el beneficio colectivo, actualmente es el proyecto del crecimiento macroeconómico y la mejora del crédito a lo que los individuos neoliberales se ven atados y con lo que debe alinearse su existencia como capital humano si desean prosperar. (BROWN, 2017, p. 101).

A lógica empresarial revela o *homo oeconomicus* que simboliza a figura de um ser conduzido e orientado fundamentalmente por preocupações econômicas. Contudo, tão importante quanto compreender o que seja o *homo oeconomicus* é também compreender o que ele não é, ou o que é – de forma não dita – negado em sua concepção:

Cada imagen del hombre se define en oposición a otras posibilidades y, por lo tanto, la idea del hombre como alguien fundamentalmente económico se plantea contra la idea del mismo como alguien fundamentalmente político, amoroso, religioso, ético, social, moral, tribal o algo más. Incluso cuando una imagen se vuelve hegemónica, se forja contra una gama de posibilidades alternativas: discute tácitamente con ellas, las mantiene a distancia o las subordina, por lo que no basta con saber que los impulsos y motivaciones de los seres humanos son económicos; debemos saber lo que esto dice que no somos y, especialmente, lo que se ha descartado: lo que rotundamente no somos. (BROWN, 2017, p. 97).

Assim, a concepção foucaultiana que abrange o *homo oeconomicus* determina que esse é a figura neoliberal do ser humano, que representa um homem<sup>10</sup> de interesses individuais (BROWN, 2017). O efeito disso é que o *homo oeconomicus* tem deslocado e assujeitado o *homo politicus* (BROWN, 2017). Por isso,

<sup>10</sup> Convém mencionar que a concepção de *homo oeconomicus* não encerra uma referência a um gênero específico, mas não se pode negar que os valores que orbitam esse referencial simbólico carregam outros aspectos que reforçam aspectos patriarcais, raciais e de classe que tradicionalmente configuram grupos dominantes privilegiados economicamente na dinâmica social.

**BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown**

[...] tanto el hombre como el Estado se vuelven más económicos en su gobierno, pero esto no los hace aún económicos en identidad y forma. La importancia de las características económicas del hombre en el pensamiento y la práctica de la modernidad reconfigura – sin extinguir – sus características políticas: nuevamente, éstas incluyen la deliberación, la pertenencia, la soberanía aspiracional, la preocupación por lo público y por su relación con la justicia en lo público. Lo anterior resulta suficientemente notorio en el hecho de que las búsquedas de los siglos XVIII, XIX y XX por la emancipación política, la liberación, la igualdad y, en momentos, más radicales, la soberanía popular sustantiva no pueden surgir del homo oeconomicus y no se formularon en un lenguaje económico. Por supuesto, los intereses de clase delimitan las exigencias políticas y se intersectan con ellas, pero la imagen del hombre como un ápice de capital no ha suplantado al homo politicus. (BROWN, 2017, p. 112-113).

O *homo oeconomicus*, polidimensional (BROWN, 2017) e infiltrado na vida social, promove condicionamentos subjetivos que ocultam a multiplicidade de dimensões do ser humano na sociedade, deixando-o vulnerável aos vínculos de caráter econômico (BROWN, 2017). Por esse motivo, o *homo politicus* nunca alcançou efetivamente uma condição plena no âmbito das democracias liberais modernas. Os detentores do poder econômico tradicionalmente – uma minoria –, trabalharam pela manutenção, reserva e controle dos espaços institucionais. O Estado, um espaço para decisão vinculante da coletividade, tem permitido mudanças em nome da eficiência, sem garantias de que eventuais ajustes da ordem pública não venham a favorecer o mercado em detrimento do social. O Estado e o Direito não são deixados de lado, mas convertidos em instrumentos para servirem aos propósitos econômicos e, em consequência, ao mercado.

#### **4 A resistência do *homo politicus* e a proposta de sacrifício da justiça social**

Assim, a lógica das questões econômicas se torna hegemônica e os limites civilizatórios das garantias institucionais passam para um segundo plano. Além disso, a ideia de solidariedade da vida coletiva desaparece e faz emergir um indivíduo soberano em seu eu primário. Este fato revela o peso da razão neoliberal na vida social nas últimas décadas e evidencia a existência de indivíduos economizados e despedidos de sua condição subjetiva de “ser político”. Isto transforma tanto o Estado como os cidadãos e os reduzem a imagem de empresas autossuficientes (BROWN, 2017). Esta conversão, por sua vez, leva a cabo duas reorientações importantes:

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do *homo politicus*: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

Por un lado, reorienta la relación del sujeto consigo mismo y su libertad. Más que una criatura de poder e interés, el yo se convierte en capital en el que invertir, mejorado de acuerdo con criterios y normas especificados así como con contribuciones disponibles. Por otro lado, esta conversión reorienta la relación del Estado con el ciudadano. Los ciudadanos ya no son en el sentido más importante elementos constitutivos de la soberanía, miembros de públicos o incluso portadores de derechos. Por el contrario, como capital humano, pueden contribuir al crecimiento económico o ser un lastre para él, pueden invertirse o liquidarse dependiendo de su potencial para la mejora del PIB. (BROWN, 2017, p. 136).

Apesar desta transformação fundamental, o *homo politicus* permanece, na realidade, vivo e conserva sua importância, mesmo sofrendo com a dominação econômica (BROWN, 2017). Assim, pode-se dizer que ele não é destruído, mas enfraquecido, esquecido, anulado e subordinado ao *homo oeconomicus*<sup>11</sup>.

[...] en la modernidad el *homo politicus* se arraiga simultáneamente en la soberanía individual y señala la promesa del respeto social, político y legal de ella. Cuando el *homo politicus* se desvanece y la figura del capital humano toma su lugar, ya no todos tienen derecho a “buscar su propio bien de modo propio”, como lo planteó Mill. Ya no existe la pregunta abierta de lo que uno busca de la vida o de cómo uno desearía confeccionar el yo. Los capitales humanos, como todos los demás capitales, están restringidos por los mercados tanto en su participación como en su producción a comportarse de modos que superen a la competencia y se alienen con buenas valoraciones de hacia dónde se pueden dirigir esos mercados. (BROWN, 2017, p. 135).

De fato, o *homo politicus*, apesar de enfraquecido, mantém-se latente. Seu potencial é fundamental para lutar pela promoção da justiça social para além das construções meramente formais, mas sim pela sua realização pragmática e conjuntural. Resgatar o potencial do *homo politicus* é de grande importância para enfrentar os ataques do neoliberalismo frente às políticas de desenvolvimento social.

Políticas sociais visam o benefício da coletividade, sem descartar as individualidades, promovendo a justiça social, através da priorização da dignidade humana. Assim, a justiça social pode ser pensada a partir de valores consagrados internacionalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – de 1948 –, a partir de aspectos elementares, como a promoção dos direitos humanos e a garantia, proteção e realização da dignidade humana em todos os aspectos e espaços da vida social.

Políticas públicas para promover justiça social não são as mais lucrativas, pois visam o bem-estar, os direitos humanos e a dignidade humana. São necessidades fundamentais da sociedade, normalmente fornecidas pelo Estado. Na perspectiva neoliberal, na qual se

<sup>11</sup> Da mesma forma, o *homo juridicus* e o *homo legalis*, sempre teve uma presença contínua ao lado do *homo oeconomicus*, de forma que “‘el sujeto de interés’ y el ‘sujeto de derecho’, en que el primero siempre ‘inunda’ al segundo, es irreducible a él y está sujeto a una lógica y una forma de gobernanza completamente diferentes.” (BROWN, 2017, p. 101).

**BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown**

transforma toda necessidade em lucro, as necessidades sociais fornecidas via políticas públicas podem parecer um mercado ainda não conquistado. São práticas que impedem ou limitam a exploração econômica das necessidades humanas fundamentais.

Nessa ótica, todas as necessidades seriam satisfeitas de forma mais eficiente desde que se tenha dinheiro para pagar. Sem o poder econômico, o resultado esperado é mais exclusão e injustiça social. Para que o desenvolvimento econômico seja convergente à ideia de justiça social é preciso que seus benefícios alcancem a todos, mas de forma realmente significativa, principalmente os mais vulneráveis e hipossuficientes. Do contrário, o objetivo do lucro – de apenas alguns – sempre dependerá de certo sacrifício da justiça social – assumido por uma maioria.

Por esse motivo, na perspectiva neoliberal, a justiça social é simplificada e distorcida. Isto serve a uma estratégia de desqualificação e banalização da justiça social (BROWN, 2019). Parte dessa desqualificação é produzida através da criação da figura de um inimigo. Uma estratégia de manipulação ideológica para se obter apoio contra algo que se pretende apresentar como negativo, pela força da associação. Um exemplo claro disso é a representação do “socialismo” como inimigo<sup>12</sup>.

Assim, questões de justiça social, que são obstáculos aos interesses neoliberais, mas historicamente reconhecidas como benéficas para a sociedade, são relacionadas à figura de um pretenso inimigo, fabricado para desqualificar a justiça social ou gerar desconfiança. Com certa alienação, a percepção humana passa a apoiar projetos neoliberais em detrimento dos próprios direitos sociais. Eis o sacrifício da justiça social influenciado por estratégias de dominação neoliberal. Para observar o resultado disso, basta comparar índices de Produto Interno Bruto (PIB) com os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de um mesmo país. A grande desigualdade social entre os mais ricos e os miseráveis é alarmante e crescente, contradizendo eventuais discursos neoliberais messiânicos.

A racionalidade neoliberal atua nas subjetividades, disseminando a promessa de um futuro próspero para aqueles que estiverem dispostos ao sacrifício para aproveitar as oportunidades do mercado. Nem todo sacrifício vale a pena. Por isso a racionalidade atua no nível da manipulação ideológica. A responsabilização pelo próprio fracasso em um contexto complexo, mudanças estruturais que podem significar retrocessos e impactarem na perda de direitos, trabalho, qualidade de vida, crise econômica, oneração de impostos, aumento da

<sup>12</sup> Às vezes, na falta de um inimigo efetivo, é preciso ressuscitar algo representativo e apresentá-lo como um inimigo, como é o caso do socialismo. O tema do socialismo é um tema complexo, que esteve em alta no século passado fazendo forte oposição ao capitalismo. Assim, basta aos representantes do neoliberalismo ressuscitar esta figura para alcançarem o propósito de ter um inimigo, mesmo que para tanto seja necessário construir distorções ideológicas que sustente seus interesses estratégicos de lucro e dominação.

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do *homo politicus*: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

desigualdade social etc. Com uma boa promessa ideologicamente construída nada disso é percebido, a não ser os próprios objetivos. O individualismo necessário para impulsionar o indivíduo a ser empreendedor de si e a enfrentar a concorrência do mercado, é o mesmo individualismo que desagrega e o esvazia do sentido de interdependência com a coletividade, tão necessário ao *homo politicus*.

A importância da solidariedade para a justiça social se esvai<sup>13</sup> em meio ao desafio de uma jornada individualista pela promessa messiânica de uma vida abundante – composta de recursos financeiros –, como resposta para todos os males. Tendência ao individualismo e impulsos egoístas ganham força e passam a desvincular o ser humano dos propósitos sociais coletivos da sociedade, relevantes para um contexto social pacífico e sustentável. Com a degradação do sentido de comunidade e interdependência, o coletivo é colocado em sacrifício, em benefício da economia, com a promessa de salvação individual. Essa ideia de sacrifício implicitamente sugerida para se alcançar uma promessa, não é nova:

El sacrificio ha sido una práctica ubicua en la historia y la cultura, aunque siempre haya sido plural y cambiante. Tiene usos supremamente religiosos así como profundamente profanos: existen sacrificios rituales de animales y de otros tesoros a Dios o a los dioses, sacrificios parentales del tiempo, el sueño y el dinero para los hijos, y sacrificios estratégicos en juegos (de un peón en ajedrez o para hacer que un corredor avance en beisbol). (BROWN, 2017, p. 274-275).

O sacrifício, em sua origem religiosa, traz um apelo à necessidade de restauração. Um esforço é necessário para recuperar o equilíbrio da ordem desejada. Uma estratégia simbólica para reforçar o tecido social. Mas, em se tratando de neoliberalismo: qual “ordem” é almejada? É improvável que seja uma ordem que privilegie a distribuição justa de direitos, recursos e oportunidades a todos. Mais provável estar ligada à manutenção de certo controle e dominação econômica. Por isso a democracia se torna alvo de ataques neoliberais. Ela compartilha o processo de tomada de decisão, tornando mais difícil e contingencial a utilização de parâmetros que visem a otimização do lucro em detrimento de valores sociais. Assim, o neoliberalismo “está anulando silenciosamente elementos básicos de la democracia. Entre estos elementos se cuentan vocabulários, principios de justicia, culturas políticas, hábitos de ciudadanía, prácticas de gobierno y, sobre todo, imaginarios democráticos”. (BROWN, 2017, p. 10). A limitação desses valores, afeta a democracia e o direito de participação na produção das regras que irão disciplinar a própria vida em sociedade (BROWN, 2017).

<sup>13</sup> Uma vez que uma das tônicas no contexto econômico é a concorrência, eventuais referências à solidariedade podem até surgir, mas provavelmente em episódios isolados e convenientes aos interesses neoliberais.



BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

O sacrifício é tomado como um suplemento da razão neoliberal (BROWN, 2017) que se apropria do significado tradicionalmente comum ao âmbito religioso, para, com algumas distinções, mobilizar um sacrifício político compartilhado<sup>14</sup>, em proveito dos interesses do poder econômico (BROWN, 2017). A racionalidade neoliberal traz implicitamente a ideia de sacrifício ocultada nas políticas de austeridades, sugerindo a necessária aceitação de efeito da perda de postos de trabalhos, de direitos dos trabalhadores, de cortes no orçamento estatal destinados a políticas sociais etc. (BROWN, 2017). Assim, “la política de la austeridad neoliberal se alimenta tanto de significados religiosos del término como de seculares y políticos”. (BROWN, 2017, p. 278). Trata-se de um sacrifício compartilhado, em nome de uma promessa vaga de prosperidade, e, em benefício de uma pequena parcela de atores que já detém poder econômico.

Assim, ao contrário do que sustenta a racionalidade neoliberal, os resultados práticos não confirmam a tese que o sacrifício de todos gerará benefício econômico para todos. Ao contrário, os benefícios – quando existentes – são apropriados de forma diversa, desigual e injusta. Neste contexto, quem tem mais riqueza fica com a maior parte dos benefícios. A própria liberdade, muito presente na racionalidade neoliberais, é reduzida para uma grande parte da população, pois a permanência da pobreza e da dependência econômica reduz a mobilidade social. Assim, a única saída é apelar para a responsabilidade individual dos próprios excluídos. Eles, neste contexto, passam a ser responsáveis pelo próprio fracasso. Diante dos fatos, como os altos níveis de desemprego na contemporaneidade, continuar defendendo a racionalidade do neoliberalismo é claramente um ato de fé, a crença numa ficção, que se revela numa atitude negacionista e alienada.

## 5 Conclusão

Aprofundar o debate sobre a racionalidade neoliberal continua, portanto, uma iniciativa importante. É que a permanência hegemônica do *homo oeconomicus*, impulsionado pelo desejo individualista de sucesso, que transformou o indivíduo em empreendedor de si mesmo, pauta-se por valores econômicos, está criando claramente as condições objetivas para a ruptura das institucionalidades democráticas e para a emergências de novas formas de populismo autoritários e violentos. É que, em nome dos benefícios do crescimento econômico e de um suposto progresso material individual, abandonam-se aspectos políticos e sociais centrais para

<sup>14</sup> Esse sacrifício compartilhado associado à ideia de governança econômica pode ser observado no âmbito das empresas através da forma de mobilização do esforço individual em benefício do grande grupo, o que revela a importância que se tem dado ao trabalho em equipe.

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown

a vida coletiva. Em outras palavras, o *homo oeconomicus* passa a se sobrepor ao *homo politicus* e este processo enfraquece o sujeito substancialmente, anulando seu potencial emancipatório. Assim, os indivíduos são obrigados a suportar o enfraquecimento de direitos e de valores essenciais da vida coletiva.

Este é um grande problema, pois a existência dos valores em questão, como a justiça social e a solidariedade entre as pessoas, são pressupostos indispensáveis para a construção de uma vida digna e para a configuração de um horizonte de sentido que projete a esperança num futuro melhor. O projeto neoliberal inviabiliza esta possibilidade e sua racionalidade induz a um quadro de frustração e de desesperança. É que a racionalidade neoliberal produz certo efeito alienante da própria condição política do indivíduo e sustenta a possibilidade de uma existência sem vínculos com a vida coletiva. De fato, o desejo pelo lucro e a esperança de solução dos problemas de forma individual isola o indivíduo do conjunto da sociedade e acentua os impulsos individualistas e egoístas dos seres humanos, levando-os a uma compreensão equivocada da sociedade.

Com tudo isso, busca-se viabilizar a desqualificação e a demonização, tanto de processos democráticos, quanto da realização de aspectos importantes à justiça social. Desse modo, confirmando a hipótese inicial, é possível compreender que os projetos neoliberais buscam construir estratégias para constantemente desqualificar a democracia e as questões sociais, por serem verdadeiros obstáculos à expansão da dominação neoliberal na esfera social. A democracia ao partilhar as possibilidades de participação, diversifica também os parâmetros utilizados, dificultando a utilização de parâmetros que respondam aos interesses econômicos em detrimento de aspectos relevantes para se ter justiça social. Em outras palavras, a democracia é um obstáculo para que a economia neoliberal tenha total controle da tomada de decisões que vinculam a coletividade.

As questões sociais são fundamentais para que todos tenham condições de vida digna. Para isso ser obtido através do desenvolvimento econômico, seria preciso que os benefícios desse desenvolvimento alcançassem a todos, dando, ao menos, indiretamente condições fundamentais de vida digna em sociedade. Contudo, ao contrário do que tradicionalmente se acredita, os índices de crescimento econômico mostram um elevado e crescente nível de desigualdade social, que, por sua vez problematiza tanto o direito à igualdade como o direito à liberdade tão pronunciado nos discursos neoliberais. Com efeito, o neoliberalismo permeia o indivíduo de tal forma que, através de uma racionalidade neoliberal, esse se afasta da sua consciência e do seu potencial político para assimilar uma economização da própria vida em sociedade, enquanto *homo oeconomicus*. Nessa perspectiva, o Estado, que é considerado

**BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown**

mínimo apenas para questões sociais, bem como o Direito, não são deixados de lado, mas sim instrumentalizados a fim de implementar seus interesses a partir dos parâmetros políticos e posteriormente as garantindo o respaldo jurídico.

Assim, apesar de enfraquecido, o *homo politicus*, não está morto. Ainda está presente na dimensão singular de cada um e precisa ser resgatado, para resistir às estratégias de manipulação que desqualificam aspectos relevantes para a sociedade como a democracia e questões de justiça social, muitas vezes através da associação fabricada de um inimigo, como parte das estratégias para fazer prevalecer os interesses econômicos neoliberais. É preciso reverter a lógica do absurdo e através de processos democráticos, empenhar esforços para promover justiça social, acentuando a realização dos direitos humanos e a proteção da dignidade humana.

### Referências

BROWN, Wendy. **El pueblo sin atributos: La secreta revolución del neoliberalismo**. Barcelona: Malpasso Editorial, 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Tradução de Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosofia Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. Brooklyn, New York: Zone Books, 2015.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1977.

FRIEDMAN, Milton. **Milton Friedman: Livre para Escolher - 1. O poder do mercado**. YouTube: Assis Junir, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VtwnqXVHhbU>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher: um depoimento pessoal**. Tradução de Ligia Filgueiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GALEANO, Eduardo Hughes. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2011.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

NUNES, António José Avelãs. **O keynesianismo e a contra-revolução monetarista**. Coimbra: Coimbra, 1991.

PAINE, Thomas. **Agrarian Justice: A revolutionary proposal to use taxation to fund pensions**. New Jersey, USA: A&D Books, 2014.

BEDIN, Gilmar Antonio; FLORES, Luis Gustavo Gomes; MARCHT, Laura Mallmann. **A crise do Estado de Bem-Estar, a ruptura neoliberal e a resistência do homo politicus: uma análise a partir da obra de Wendy Brown**

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios do direito político**. Tradução de Edson Bini. 2. ed. Bauru: Edipro, 2015.

STOFFAËS, Christian. **A crise da economia mundial**. Tradução de Miguel Serras Pereira e João Faria. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

THUROW, Lester Carl. **O futuro do capitalismo**. Como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.